

**Demonstrações Financeiras  
Intermediárias  
com Relatório dos  
Auditores Independentes**

**Terra Brasis Resseguros S.A.**  
30 de Junho de 2017

# Terra Brasis Resseguros S.A.

Demonstrações Financeiras Intermediárias  
30 de junho de 2017

## Índice:

<b>Relatório da Administração .....</b>	<b>3</b>
<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias...</b>	<b>7</b>
<b>Balanços Patrimoniais .....</b>	<b>10</b>
<b>Demonstrações do Resultado .....</b>	<b>12</b>
<b>Demonstrações do Resultado Abrangente .....</b>	<b>13</b>
<b>Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido .....</b>	<b>14</b>
<b>Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto .....</b>	<b>15</b>
<b>Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias.....</b>	<b>16</b>
1. Contexto Operacional .....	16
2. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras.....	16
3. Principais Práticas Contábeis.....	18
4. Disponível .....	22
5. Aplicações Financeiras.....	23
6. Créditos e Débitos de Operações com Seguros e Resseguros .....	26
7. Créditos Tributários e Previdenciários .....	28
8. Transações com Partes Relacionadas .....	30
9. Depósitos de Terceiros.....	30
10. Tributos Diferidos .....	30
11. Detalhamento do Patrimônio Líquido Ajustado e Exigência de Capital .....	31
12. Provisões Técnicas e Custos de Aquisição Diferidos .....	32
13. Cobertura das Provisões Técnicas .....	38
14. Grupos de Ramos de Atuação.....	38
15. Patrimônio Líquido .....	39
16. Políticas de Gerenciamento de Riscos .....	40
17. Detalhamento das Contas de Resultado.....	44
17. Detalhamento das Contas de Resultado (continuação) .....	45
18. Benefícios a empregados e administradores.....	46
19. Eventos subsequentes .....	46
<b>Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria .....</b>	<b>48</b>

## Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

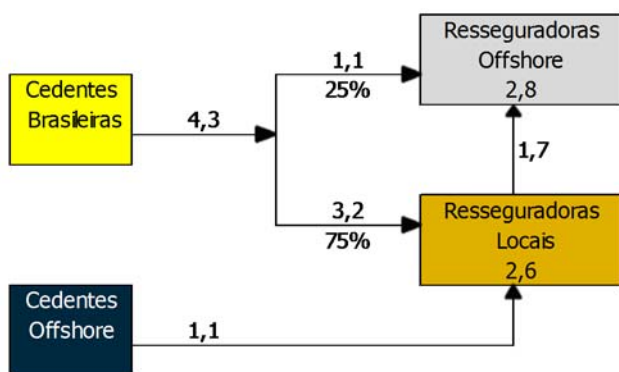
Em atendimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V.S<sup>as</sup> as demonstrações financeiras da Terra Brasis Resseguros S.A., relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2017.

### O Mercado Brasileiro de Resseguros

Com base em informações públicas das Seguradoras (referentes a junho de 2017), divulgadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), o volume de resseguros cedido pelas Seguradoras brasileiras, bruto de comissão e incluindo Riscos Vigentes Não Emitidos (RVNE), atingiu a cifra de R\$ 5,4 bilhões no primeiro semestre de 2017, um aumento de 10% em relação ao R\$ 4,9 bilhões do primeiro semestre de 2016.

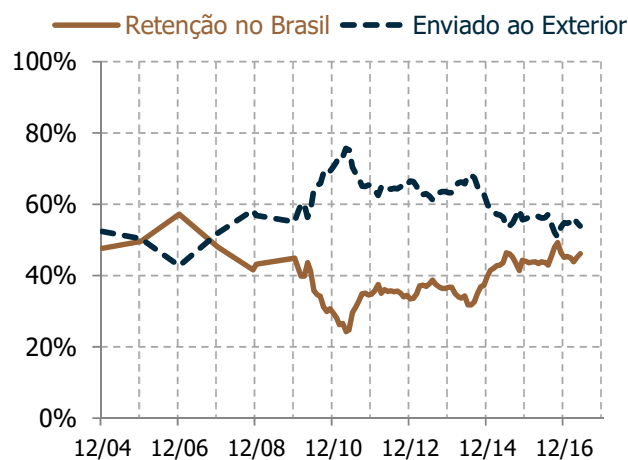
Os mais recentes dados das Resseguradoras Locais (referentes a maio de 2017) fornecidos pela Susep, mostram que perto de 75% das cessões de prêmios foram colocadas nas Resseguradoras Locais. Depois de computadas as retrocessões ao exterior, o volume de resseguro retido no Brasil representa aproximadamente 45% do total do resseguro cedido pelas Seguradoras brasileiras, sendo enviado 55% para o exterior.

Distribuição de Prêmio, janeiro a maio 2017



Fonte: Susep, Terra Brasis, valores expressos em bilhões de reais.

Repartição do Prêmio Gerado no Brasil após Retrocessão (05/2017)



Fonte: Susep, Terra Brasis.

O lucro do conjunto das Resseguradoras Locais em 2017 até maio, após a dedução de impostos, registrou o valor de R\$ 398 milhões, frente a R\$ 338 milhões no mesmo período de 2016.

Algumas Resseguradoras Locais continuam seus processos de internacionalização, aceitando riscos do exterior, notadamente da América Latina, atingindo de janeiro a maio de 2017 o montante de Prêmio Emitido de R\$ 1,1 bilhão, perto de 26% maior que o obtido no mesmo período de 2016 e correspondente a mais de 26% do total de R\$ 4,3 bilhões por elas emitido.

A Circular Susep nº 545/2017, esclarecendo alguns pontos da Resolução nº 325/2015 do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), que iniciou sua vigência em janeiro de 2017, confirmou o retorno gradativo, até o ano de 2020, dos principais itens da regulamentação do resseguro implantadas na época da abertura pela Lei Complementar nº 126/2007 e pela Resolução CNSP nº 168/2008, notadamente a Oferta Preferencial de 40%. Considerando que algumas práticas utilizadas

pelo mercado durante os anos de 2009 e 2010, motivo das alterações de regulamentação em 2010, não voltarão a ser utilizadas, a Resolução nº 325/2015 terá efeitos positivos no mercado, pois o horizonte de estabilidade regulatória implantado permite focar os esforços no aprimoramento e desenvolvimento da indústria brasileira de resseguros.

### **Organização Societária e Administrativa**

A Terra Brasis, com patrimônio líquido de R\$ 113,2 milhões, é parte do Grupo Brasil Plural e possui participação qualificada do *International Finance Corporation (IFC)*, braço financeiro do Banco Mundial para o setor privado.

Além da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração, a Terra Brasis possui os Comitês de Auditoria, de Investimentos, de Subscrição e de Sinistros, órgãos estatutários de apoio à Administração, também homologados pela Susep.

A Companhia tem sede na cidade de São Paulo e escritório de representação comercial em Bogotá, Colômbia.

### **Estratégias de Negócios e Iniciativas Institucionais**

A Terra Brasis, desde seu início de operações em novembro de 2012, mantém sua estratégia de aceitar negócios de forma prudente com grau de risco e expectativa de retornos coerentes, buscando formar uma carteira de negócios consistente e progressivamente aumentar a rentabilidade do capital investido.

A Companhia mantém o investimento no desenvolvimento da equipe de colaboradores com o objetivo de melhor atender aos clientes e parceiros. Procura também colaborar para o aprimoramento do mercado, com a introdução gradativa de técnicas contemporâneas na área de resseguros.

Em 2017 a Terra Brasis continuou ministrando cursos de resseguro para funcionários de Seguradoras, desenvolvendo estudos sobre os impactos das catástrofes naturais no país, aprimorando o *XTerra*, primeira ferramenta de precificação de resseguro não proporcional desenvolvida no Brasil e lançou em janeiro de 2017 o *Terra Report LA*, publicação periódica sobre o mercado latino-americano de resseguros, disponibilizada a todos nossos clientes, parceiros e colegas da região.

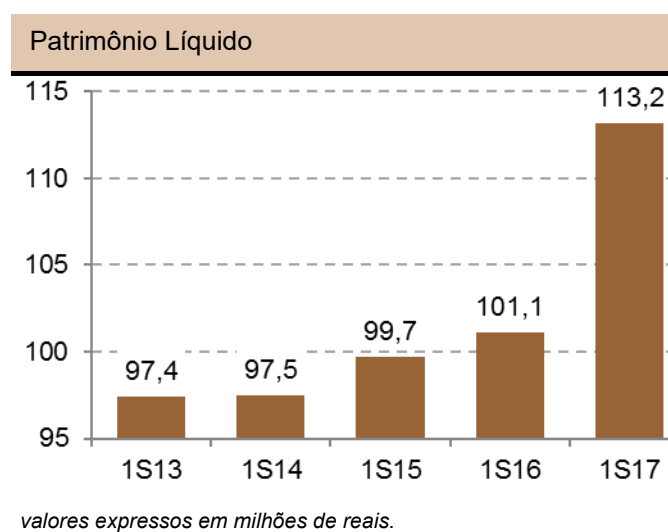
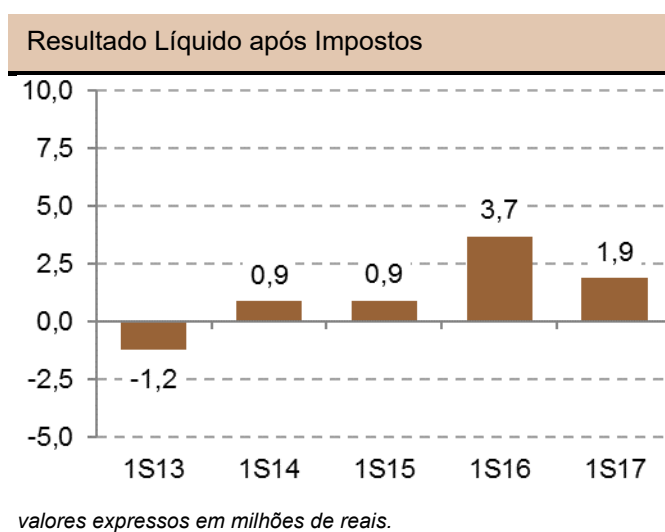
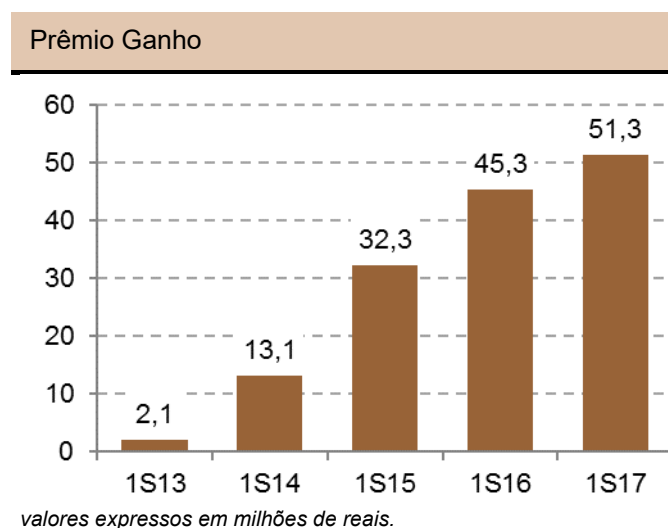
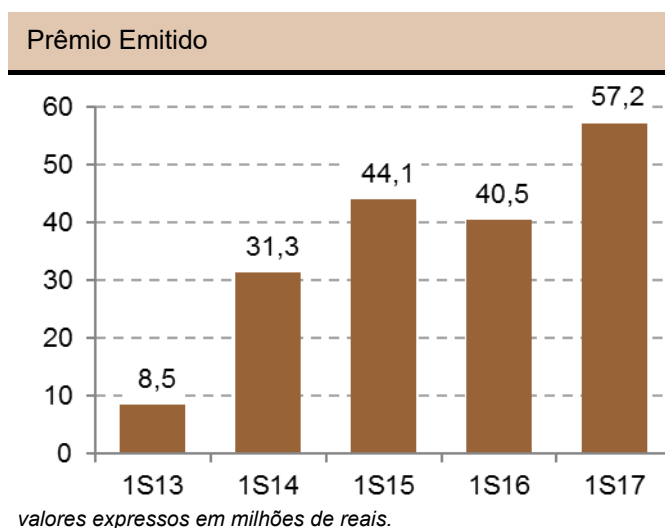
Em fevereiro de 2017 a Terra Brasis anunciou, em conjunto com a *AlphaCat Managers Ltd*, subsidiária da *Validus Holdings Ltd*, a colocação no exterior do primeiro Instrumento Ligado a Seguros (ILS) patrocinado por uma companhia brasileira, transação inovadora que desperta a discussão sobre a utilização de soluções baseadas no mercado de capitais para as exposições da região.

A Terra Brasis mantém-se como membro da Federação Interamericana de Empresas de Seguros (FIDES), entidade composta por representantes do mercado de seguros de 16 países da América Latina além dos Estados Unidos e da Espanha e que tem como objetivo estimular o desenvolvimento do mercado, defendendo a iniciativa privada e padrões éticos e técnicos em todas as atividades relacionadas ao setor. Desde 2015 a Terra Brasis tem representantes nas Comissões de Resseguro, de Solvência, de Regulamentação e de Educação Financeira da referida entidade.

A Terra Brasis adota a política de sustentabilidade em seguros, coerente com procedimentos estruturais do acionista IFC, e observa em seu processo decisório a conscientização sobre questões ambientais, sociais e de governança. Nesse sentido foi a primeira Resseguradora Local a assinar o *Principles for Sustainable Insurance (UNEP FI)*, iniciativa das Nações Unidas em parceria com a indústria global de seguros.

## Desempenho Operacional

Com o reconhecimento e apoio das Seguradoras e Corretoras, a Terra Brasis obteve no primeiro semestre de 2017 o valor de prêmio emitido de R\$ 57,2 milhões (crescimento de 41% em relação ao mesmo período de 2016) e de prêmio ganho de R\$ 51,3 milhões (crescimento de 13%). Os prêmios emitidos oriundos do exterior somaram R\$ 9,6 milhões, representando 17% do total emitido pela Companhia.



Apesar da redução do índice de sinistralidade bruta, a volatilidade de seus valores e de sua distribuição, ainda que razoável pelo tamanho da carteira, influenciou a alta sinistralidade retida líquida no semestre. Aliada ao menor resultado financeiro, implicou no resultado líquido do semestre de R\$ 1,9 milhão, inferior ao resultado de R\$ 3,7 milhões obtido no mesmo período do ano anterior.

O Patrimônio Líquido de R\$ 113,2 milhões e o Resultado Abrangente do semestre de R\$ 11,3 milhões são ambos influenciados positivamente no valor de R\$ 9,4 milhões pelo ajuste do valor das ações de empresa de capital fechado de propriedade da Companhia.

Os juros sobre capital próprio, no montante de R\$ 3,9 milhões, provisionados em dezembro de 2016 foram pagos aos acionistas em fevereiro de 2017.

A Agência *A.M.Best*, especializada no setor de seguros, manteve o *rating* global de força financeira **B++** e o *rating* global de crédito emissor **bbb**, com perspectiva estável. A *Standard & Poors* alterou o *rating*, na escala doméstica de **brA** para **brA+** mantendo a perspectiva estável.

### **Agradecimentos**

Agradecemos às Autoridades do Setor, Seguradoras, Corretoras, Retrocessionárias e a todos os parceiros de negócios pela confiança depositada nos trabalhos da Administração. Agradecemos também aos nossos Acionistas e Colaboradores pelo contínuo empenho no desenvolvimento da Terra Brasis.

São Paulo, 17 de agosto de 2017.

Administração



KPMG Auditores Independentes  
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A  
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil  
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil  
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501  
www.kpmg.com.br

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias**

Aos Administradores e Acionistas da  
**Terra Brasis Resseguros S.A.**  
São Paulo - SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da Terra Brasis Resseguros S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Terra Brasis Resseguros S.A. em 30 de junho de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outros assuntos - Valores correspondentes ao exercício anterior**

As demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2016 e exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentadas como valores correspondentes nas demonstrações financeiras intermediárias do semestre findo em 30 de junho de 2017, foram auditadas por outros auditores que emitiram uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras, em 29 de agosto de 2016 e 22 de fevereiro de 2017, respectivamente.



### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras intermediárias e o relatório do auditor**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras intermediárias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras intermediárias**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras intermediárias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



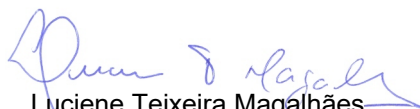


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras intermediárias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 17 de agosto de 2017

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

  
Luciene Teixeira Magalhães  
Contador CRC RJ-079849/O-3

**Balancos Patrimoniais**30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016  
(Em milhares de reais)

<b>Ativo</b>	<b>Notas</b>	<b>30/06/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
<b>Circulante</b>		<b>241.404</b>	<b>213.238</b>
<b>Disponível</b>	<b>4</b>	<b>875</b>	<b>5.973</b>
Caixa e bancos		875	5.973
<b>Aplicações</b>	<b>5</b>	<b>87.867</b>	<b>70.188</b>
<b>Créditos das operações com seguros e resseguros</b>	<b>6</b>	<b>66.063</b>	<b>49.648</b>
Operações com seguradoras		62.228	44.765
Operações com resseguradoras		3.835	4.883
<b>Ativos de resseguro e retrocessão</b>	<b>12.2</b>	<b>78.681</b>	<b>81.914</b>
<b>Títulos e créditos a receber</b>		<b>6.125</b>	<b>4.172</b>
Títulos e créditos a receber		159	344
Créditos tributários e previdenciários	<b>7.1</b>	5.864	3.807
Outros créditos		102	21
<b>Despesas antecipadas</b>		<b>129</b>	<b>79</b>
<b>Custos de aquisição diferidos</b>	<b>12.4</b>	<b>1.664</b>	<b>1.264</b>
Resseguros		1.664	1.264
<b>Ativo não circulante</b>		<b>82.540</b>	<b>83.700</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>		<b>82.092</b>	<b>83.198</b>
<b>Aplicações</b>	<b>5</b>	<b>67.636</b>	<b>68.854</b>
<b>Ativos de resseguro e retrocessão</b>	<b>12.2</b>	<b>7.662</b>	<b>7.764</b>
<b>Títulos e créditos a receber</b>		<b>6.597</b>	<b>6.357</b>
Créditos tributários e previdenciários	<b>7.1</b>	5.868	5.707
Outros créditos operacionais		729	650
<b>Custos de aquisição diferidos</b>	<b>12.4</b>	<b>197</b>	<b>223</b>
Resseguros		197	223
<b>Imobilizado</b>		<b>225</b>	<b>231</b>
Bens móveis		209	220
Outras imobilizações		16	11
<b>Intangível</b>		<b>223</b>	<b>271</b>
Outros intangíveis		223	271
<b>Total do Ativo</b>		<b>323.944</b>	<b>296.938</b>

<b>Passivo</b>	<b>Notas</b>	<b>30/06/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
<b>Circulante</b>		<b>197.401</b>	<b>180.049</b>
<b>Contas a pagar</b>		<b>9.100</b>	<b>5.215</b>
Obrigações a pagar		529	4.358
Impostos e encargos sociais a recolher		248	517
Encargos trabalhistas		483	263
Impostos e contribuições		7.840	77
<b>Débitos de operações com seguros e resseguros</b>	<b>6</b>	<b>28.987</b>	<b>21.559</b>
Operações com resseguradoras		27.085	20.244
Corretores de seguros e resseguros		1.902	1.315
<b>Depósitos de terceiros</b>	<b>9</b>	<b>1.291</b>	<b>1.027</b>
<b>Provisões técnicas - resseguradora</b>	<b>12.1</b>	<b>158.023</b>	<b>152.248</b>
<b>Passivo não circulante</b>		<b>13.392</b>	<b>15.008</b>
<b>Contas a pagar</b>		<b>882</b>	<b>1.808</b>
Tributos Diferidos	<b>10</b>	882	1.808
<b>Provisões técnicas - resseguradora</b>	<b>12.1</b>	<b>12.510</b>	<b>13.200</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>15</b>	<b>113.151</b>	<b>101.881</b>
Capital social		100.766	100.766
Reserva de lucros		1.110	1.110
Ajustes de avaliação patrimonial		9.410	5
Lucros acumulados		1.865	-
<b>Total do Passivo</b>		<b>323.944</b>	<b>296.938</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

**Demonstrações do Resultado**

Semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais, exceto o lucro/prejuízo por ação)

	Notas	30/06/2017	30/06/2016
<b>Prêmios emitido</b>	14.1/17a	<b>57.178</b>	<b>40.476</b>
<b>(+/-) Variações das provisões técnicas</b>		<b>(5.914)</b>	<b>4.798</b>
<b>(=) Prêmios ganhos</b>	14.2/17a	<b>51.264</b>	<b>45.274</b>
<b>(-) Sinistros ocorridos</b>	17b	<b>(21.225)</b>	<b>(37.197)</b>
<b>(-) Custos de aquisição</b>	17c	<b>(1.345)</b>	<b>(1.430)</b>
<b>(+/-) Outras despesas e receitas operacionais</b>	17d	<b>(639)</b>	<b>(15)</b>
<b>(-) Resultado com retrocessão</b>	17e	<b>(26.827)</b>	<b>(2.209)</b>
<b>(-) Despesas administrativas</b>	17f	<b>(8.226)</b>	<b>(6.389)</b>
<b>(-) Despesas com tributos</b>	17g	<b>(1.088)</b>	<b>(1.885)</b>
<b>(+) Resultado financeiro</b>	17h	<b>9.016</b>	<b>9.553</b>
(+) Receitas financeiras		15.030	23.360
(-) Despesas financeiras		(6.014)	(13.807)
<b>(+) Resultado patrimonial</b>	17i	<b>146</b>	<b>140</b>
<b>(=) Resultado antes dos impostos e participações</b>		<b>1.076</b>	<b>5.842</b>
<b>(-) Imposto de renda</b>	7.2	<b>487</b>	<b>(1.159)</b>
<b>(-) Contribuição social</b>	7.2	<b>381</b>	<b>(881)</b>
<b>(-) Participações sobre o lucro</b>		<b>(79)</b>	<b>(123)</b>
<b>(=) Lucro líquido do semestre</b>		<b>1.865</b>	<b>3.679</b>
<b>(/) Quantidade de ações - em milhares</b>		<b>100.650</b>	<b>100.650</b>
<b>(=) Lucro líquido - por mil ações</b>		<b>18,53</b>	<b>36,55</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

## Demonstrações do Resultado Abrangente

Semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais)

	30/06/2017	30/06/2016
<b>Lucro líquido do semestre</b>	<b><u>1.865</u></b>	<b><u>3.679</u></b>
<b>Outros resultados abrangentes</b>		
Ajuste a valor justo	17.100	(36)
Impostos sobre ajustes a valor justo (imposto diferido)	<u>(7.695)</u>	<u>15</u>
<b>(=) Outros resultados abrangentes líquidos de impostos</b>	<b><u>9.405</u></b>	<b><u>(21)</u></b>
<b>(=) Total do resultado abrangente do semestre</b>	<b><u>11.270</u></b>	<b><u>3.658</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido**Semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas		Ações em Tesouraria	Ajuste ao Valor de MercadoTVM	Lucro/prejuízos acumulados	Total
		Capital	Lucros				
<b>Saldo em 1 de Janeiro de 2016</b>	<b>100.494</b>	-	-	<b>(356)</b>	<b>3</b>	<b>(2.943)</b>	<b>97.198</b>
Variação no Período do Ajuste ao Valor justo	-	-	-	-	(21)	-	(21)
Aumento do Capital Social	272	-	-	-	-	-	272
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	3.679	3.679
<b>Saldo em 30 de Junho de 2016</b>	<b>100.766</b>	-	-	<b>(356)</b>	<b>(18)</b>	<b>736</b>	<b>101.128</b>
<b>Saldo em 1 de Janeiro de 2017</b>	<b>100.766</b>	<b>530</b>	<b>580</b>	-	<b>5</b>	-	<b>101.881</b>
Variação no Período do Ajuste ao Valor justo	-	-	-	-	9.405	-	9.405
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	1.865	1.865
<b>Saldo em 30 de Junho de 2017</b>	<b>100.766</b>	<b>530</b>	<b>580</b>	-	<b>9.410</b>	<b>1.865</b>	<b>113.151</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

**Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto**Semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais)

	<b>30/06/2017</b>	<b>Reclassificado 30/06/2016</b>
<b>Atividades operacionais</b>		
<b>Lucro líquido do semestre</b>	<b>1.865</b>	<b>3.679</b>
<b>Ajustes para:</b>		
Depreciação e amortizações	86	73
Perda por redução do valor recuperável dos ativos	301	-
Custo de aquisição diferido	(361)	160
Ativos de resseguro e retrocessão - Provisões técnicas	(5.138)	(21.947)
Variações das provisões técnicas	27.223	32.399
Amortização de ativos intangíveis	-	(21)
<b>Variação nas contas patrimoniais:</b>		
Ativos financeiros	4.346	(6.426)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(16.716)	5.602
Ativos de resseguro	8.473	13.071
Créditos fiscais e previdenciários	(2.057)	659
Ativo fiscal diferido	(240)	(111)
Despesas antecipadas	(50)	(24)
Custo de aquisição diferido	(12)	106
Outros ativos	106	-
Impostos e contribuições	(714)	943
Outras contas a pagar	(3.830)	331
Débitos de operações com seguros e resseguros	7.428	(3.585)
Depósitos de terceiros	264	158
Provisões técnicas - seguros e resseguros	(22.139)	(24.195)
<b>Caixa líquido consumido / gerado nas atividades</b>	<b>(1.165)</b>	<b>872</b>
<b>Atividades de investimentos</b>		
<b>Pagamento pela compra:</b>		
Imobilizado	(32)	-
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de investimento</b>	<b>(32)</b>	<b>-</b>
<b>Atividades de financiamento</b>		
Aumento de capital (subscrição de ações)	-	272
Distribuição de Juros sobre o Capital Próprio	(3.901)	-
<b>Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento</b>	<b>(3.901)</b>	<b>272</b>
<b>Redução / aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(5.098)</b>	<b>1.144</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre</b>	<b>5.973</b>	<b>991</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre</b>	<b>875</b>	<b>2.135</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias

(Valores expressos em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

### 1. Contexto Operacional

A Terra Brasis Resseguros S.A. (doravante referida também como “Terra Brasis” ou “Companhia” ou “Resseguradora”) é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada à Rua Minas de Prata, nº 30, conjunto 122, Itaim Bibi, São Paulo, Capital, CNPJ 12.909.684/0001-28.

Foi constituída em 20 de setembro de 2010 como prestadora de serviços, com o propósito de transformar-se em Resseguradora Local. No exercício de 2011, ainda em fase pré-operacional, desenvolveu sistemas e processos para a estruturação das operações de resseguro.

Em 4 de outubro de 2012, por meio da Portaria nº 4.881, recebeu da Superintendência de Seguros Privados - Susep autorização para operar como Resseguradora Local em atividades de resseguro e retrocessão, nos termos do artigo 2º, inciso V, da Resolução CNSP nº 168/2007.

A Resseguradora é uma coligada do Brasil Plural S.A. Banco Múltiplo.

Em 5 de novembro de 2015, por meio da Portaria nº 6.381, a Terra Brasis, recebeu da Superintendência de Seguros Privados - Susep autorização para abrir seu escritório de representação na Colômbia. Em 18 de março de 2016 a *Terra Brasis Resseguros Oficina de Representacion Colombia*, obteve matrícula da Câmara de Comercio Bogotá e iniciou suas atividades como escritório de representação.

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Terra Brasis em 17 de agosto de 2017.

### 2. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

**a) Base de preparação:** As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas, conforme práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Susep, que compreendem as normas estabelecidas pela Susep os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela Susep, e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP).

**b) Comparabilidade:** As demonstrações financeiras intermediárias estão sendo apresentadas com informações comparativas de períodos anteriores, conforme disposições do CPC nº 21 R1 e da Circular SUSEP nº 517/2015.

Em 30 de junho de 2016, a Resseguradora reclassificou, os valores de custo de aquisição diferidos, ativos de resseguros e retrocessão e variação das provisões técnicas, apresentados anteriormente como variação das contas patrimoniais que, entretanto devem ajustar o lucro líquido. Essas reclassificações foram feitas, para melhor apresentação das demonstrações financeiras e não impactaram o fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais do semestre.

**c) Continuidade:** A Administração avaliou a capacidade da Terra Brasis em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade a seus negócios. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre sua capacidade de continuar operando.



**d) Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Resseguradora. Exceto quando indicado de outra forma, as informações estão expressas em milhares de reais e arredondadas para o milhar mais próximo. As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor apurada naquela data. As oscilações cambiais resultantes dessa conversão são reconhecidas no resultado

**e) Base para mensuração:** Os Ativos e Passivos são mensurados de acordo com o custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais no balanço patrimonial:

- i. ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- ii. ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo; e
- iii. provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da Susep.

**f) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação de demonstrações financeiras, de acordo com as normas publicadas pela Susep, requer que a Administração registre determinados ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativa, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas quanto a eventos futuros. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir dessas estimativas em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação.

Estimativas e premissas são revisadas periodicamente. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Informações sobre itens das demonstrações financeiras em que o uso de premissas e estimativas é significativo e nas quais, portanto, existe um risco significativo de ajuste material dentro do próximo período, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 3.2 - Instrumentos financeiros;
- Nota 3.3 - Prêmios emitidos;
- Nota 3.9 - Provisões técnicas e teste de adequação de passivos;
- Nota 6 - Créditos e débitos de operações com seguros e resseguros;

**g) Segregação entre circulante e não circulante:** A Terra Brasis efetua a segregação de itens patrimoniais em circulante quando atendem as seguintes premissas:

- Espera-se que seja realizado ou liquidado, no curso normal do ciclo operacional de 12 meses da entidade; ou
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado.

### 3. Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados e estão demonstradas a seguir.

**3.1. Contratos de seguro:** As principais definições das características de um contrato de seguro estão descritas no pronunciamento técnico CPC 11 “Contratos de seguros”. Além disso, a Superintendência de Seguros Privados - Susep, por meio da Circular nº 517/2015, estabeleceu critérios para identificação de um contrato de seguro.

**3.2. Instrumentos financeiros:** A Terra Brasis classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (i) ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, (ii) ativos financeiros mantidos até o vencimento, (iii) ativos financeiros disponíveis para venda e (iv) empréstimos e recebíveis. A classificação dentre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido.

#### 3.2.a. Classificações das categorias:

i. *Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado*

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado, caso seja mantido para negociação e designado como tal no momento do reconhecimento inicial. A Terra Brasis gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda, baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Esses ativos são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período.

ii. *Ativos financeiros mantidos até o vencimento*

São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

iii. *Ativos financeiros disponíveis para venda*

Compreende os ativos financeiros não classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do período.

iv. *Empréstimos e recebíveis*

Compreende, principalmente, os recebíveis originados de contratos de resseguros que são avaliados, periodicamente, quanto à sua recuperabilidade. Existindo evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no valor recuperável, essa perda é reconhecida no resultado do período.

**3.2.b. Determinação do valor justo:** Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos estão divulgadas nas notas explicativas.

**3.2.c. Hierarquia do valor justo:**

O valor justo é classificado nos seguintes níveis:

Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos;

Nível 2: Quando é utilizada uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados de mercado e quando todos esses dados são observáveis no mercado aberto; e

Nível 3: Ativos cujo valor justo é determinado com base em premissas internas tendo em vista a ausência de informações e dados observáveis no mercado.

**3.3. Prêmios emitidos:** A Terra Brasis subscreve contratos de resseguro que visam fornecer cobertura para riscos ofertados pelas Sociedades Seguradoras e Resseguradoras (denominadas Cedentes).

Os contratos são denominados facultativos, quando são subscritos especificamente para cobrir o risco ofertado individual e facultativamente pelas Cedentes e são denominados de automáticos ou de carteira, quando a Cedente e a Terra Brasis definem previamente os tipos e as condições em que os riscos devem ser automaticamente incluídos no contrato.

Os contratos podem ser proporcionais quando a Terra Brasis e a Cedente dividem proporcionalmente os prêmios e os sinistros originais dos riscos do contrato ou podem ser não proporcionais, também chamados resseguros de sinistros, quando a Terra Brasis participa somente nos sinistros acima de determinado valor e recebe da Cedente um prêmio calculado especificamente para esta responsabilidade.

Os prêmios de riscos vigentes não emitidos (RVNE) são apurados com base em metodologia própria, de acordo com o previsto nas normas do CNSP, regulamentadas pela Susep.

Para os contratos facultativos, os prêmios de resseguro são registrados integralmente na data de subscrição dos contratos.

Para os contratos automáticos não proporcionais, os prêmios de resseguro também são registrados integralmente na data de subscrição dos contratos, com base no prêmio depósito, sendo monitorados durante a vigência do contrato e ajustados aos seus valores efetivos no final do período de cobertura do risco.

Para os contratos automáticos proporcionais, os prêmios de resseguro são registrados mensalmente com base em estimativas fornecidas pelas Cedentes e subscritas pela Companhia, visando acompanhar no tempo e no valor a emissão de prêmios pelas Cedentes. Inicialmente as estimativas são ajustadas por um fator de corte mensurado com base na experiência histórica da Companhia, que são monitoradas durante a vigência dos contratos e atualizadas quando do recebimento de informações das Cedentes.

A Terra Brasis contrata coberturas e mantém contratos de retrocessão para aumentar sua capacidade de aceitação, restringir sua responsabilidade ao limite de retenção por risco subscrito e mitigar o risco de perdas significativas originadas de eventos catastróficos.

Os prêmios cedidos das retrocessões proporcionais são registrados em consonância com o registro dos prêmios das aceitações cobertas por elas. Os prêmios das retrocessões não proporcionais são registrados integralmente na data de cessão do contrato de retrocessão.

Os prêmios de resseguro de contratos automáticos são mensurados, considerando o prêmio estimado pelas cedentes para o período de vigência do contrato (*Estimated Premium Income* - EPI) ajustados por um fator de corte que busca refletir a experiência histórica observada na comparação entre os prêmios estimados e os efetivamente subscritos pelas cedentes nessa modalidade de contrato. Com base em estudos periodicamente atualizados, o fator de corte aplicado para os contratos emitidos a partir de junho de 2017, foi reduzido de 20% para 10%.

Nos contratos automáticos firmados com cedentes sediadas no exterior não é aplicado fator de corte, pois os valores estimados inicialmente nesses contratos e seus prêmios efetivos, são muito próximos.

As despesas de comercialização são registradas de acordo com os mesmos critérios aplicados aos prêmios.

**3.4. Redução ao valor recuperável:** A Terra Brasis em conformidade com o Art. 167 da Circular Susep nº 517/2015, realizou estudo técnico específico analisando seu histórico de perdas e o risco de inadimplência. O estudo leva em conta as peculiaridades da operação e das prestações de contas no mercado de resseguro, além da qualidade dos devedores. Os casos de atraso são analisados individualmente pela Diretoria. Com base no estudo, a classificação do ativo como não recuperável pode ocorrer a qualquer momento após o atraso, quando justificado, ou no prazo máximo de 360 (trezentos e sessenta) dias, contados a partir do direito de recebimento.

**3.5. Imobilizado:** O ativo imobilizado de uso próprio compreende móveis e utensílios e equipamentos utilizados na condução dos negócios e é registrado ao custo histórico. O custo do ativo imobilizado é reduzido por depreciação acumulada do ativo.

**3.6. Intangível:** Os custos associados à aquisição de *software* são ativados e amortizados durante sua vida útil estimada e não superior a cinco anos. Os desenvolvidos internamente são reconhecidos como despesas do período.

**3.7. Prêmios ganhos:** Para os contratos facultativos, os prêmios e as correspondentes despesas de comercialização são apropriados aos resultados *pro rata die*, ao longo do período de vigência dos riscos envolvidos.

Para os contratos automáticos proporcionais e para os contratos automáticos não proporcionais do tipo *Risk Attaching* (nos quais os riscos subscritos no período do contrato estão cobertos durante todas as suas vigências) os prêmios e as correspondentes despesas de comercialização são apropriados aos resultados *pro rata die*, ao longo do período de vigência dos riscos envolvidos nos contratos, conforme informações e estimativas de vigências médias fornecidas pelas Cedentes.

Para os contratos automáticos não proporcionais do tipo *Loss Occuring* (nos quais estão cobertos os sinistros ocorridos no período de vigência do contrato) os prêmios e as correspondentes despesas de comercialização são apropriados aos resultados *pro rata die*, ao longo do período de vigência dos contratos.

Para os contratos de retrocessão, os mesmos princípios de apropriação acima se aplicam às retrocessões cedidas.

**3.8. Sinistros ocorridos:** Corresponde à somatória das indenizações pagas no período e da variação no período das provisões para sinistros a liquidar (PSL) e para sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR).

**3.9. Provisões técnicas e teste de adequação de passivos:** As provisões técnicas são constituídas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos pelo CNSP e pela Susep.

A provisão de prêmios não ganhos (PPNG) é constituída pela parte proporcional à vigência a decorrer dos prêmios de resseguro, calculada *pro rata die*, dos riscos em vigor, sendo determinada, para cada tipo de contrato, com base em informações recebidas das cedentes ou estimativas, com os mesmos critérios usados para a apropriação dos prêmios.

A provisão de prêmios não ganhos para riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE) é constituída para apurar a parcela dos prêmios não ganhos relativos aos contratos de resseguros não emitidos, de acordo com os critérios estabelecidos em Nota Técnica Atuarial, pela Circular Susep nº 517/2015.

A provisão de excedentes técnicos (PET) é constituída de acordo com os critérios estabelecidos em cláusulas específicas dos contratos de resseguro que tem previsão para participação das Cedentes nos lucros do contrato.

A provisão de sinistros a liquidar (PSL) é constituída para a cobertura dos valores a pagar por sinistros ocorridos e avisados com base em estimativa das indenizações informadas pelas Cedentes até a data do balanço.

A provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR) é constituída com base em cálculos atuariais que consideram a sinistralidade final esperada deduzida dos sinistros já avisados até a data do balanço.

A provisão de despesas relacionadas (PDR-IBNR) é constituída pelos valores das despesas esperadas relacionadas com os sinistros ocorridos, mas que ainda não foram avisados.

Os passivos de retrocessão são compostos por prêmios devidos, consistentes com o valor dos ativos de resseguro na medida em que são retrocedidos.

Conforme o CPC - 11, a cada balanço deve ser elaborado o teste de adequação dos passivos para todos os contratos em curso na data de execução do teste. Este é elaborado considerando-se como valor contábil todos os passivos de contratos de resseguro deduzidos das despesas de comercialização diferidas e dos ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de resseguro.

O teste de adequação de passivos (TAP) foi elaborado de acordo com as disposições da Circular Susep nº 517/2015, e englobou os contratos de resseguros vigentes na data-base de 30 de junho de 2017. O resultado do teste é a diferença entre o saldo contábil das provisões técnicas e o valor das estimativas dos fluxos de caixa futuros das obrigações relacionadas aos riscos vigentes, ambos na data-base. O resultado negativo apurado significa uma insuficiência das provisões técnicas, que deve ser constituída como provisão complementar de cobertura (PCC), no caso de sinistros a ocorrer, ou complementam o saldo da própria provisão que apresentar a insuficiência, no caso de sinistros ocorridos.

Os fluxos de caixa foram descontados a valor presente com base na estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ), divulgada pela Susep para cada indexador contratual.

O resultado do teste de adequação de passivos demonstrou que as provisões atuais são suficientes para honrar todas as obrigações relacionadas aos contratos vigentes em 30 de junho de 2017. Não há, portanto, necessidade da constituição da provisão complementar de cobertura (PCC), referente a eventuais insuficiências da PPNG, ou de se complementar o saldo das demais provisões.

**3.10. Custos de aquisição diferidos:** Os custos de aquisição são registrados quando da aceitação dos contratos e apropriados ao resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. O diferimento destas comissões é realizado por meio da mesma metodologia utilizada para o diferimento do prêmio.

**3.11. Imposto de renda e contribuição social:** Para o imposto de renda a alíquota utilizada é de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. De acordo com a Lei nº 13.169/2015, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, passou a vigorar com alíquota de 20% entre 1º de setembro de 2015 a 31 de dezembro de 2018. A Resseguradora aplicou a majoração de 5% da CSLL, em seus créditos tributários de diferenças temporárias, tributos diferidos e bases negativas da CSLL.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e os diferidos. Os mesmos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Créditos tributários e passivos tributários de imposto de renda e contribuição social originados de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social, e diferenças temporárias entre as bases de reconhecimento contábil e as bases de tributação são reconhecidos contabilmente. Uma provisão para ajuste do valor dos créditos tributários ativos é constituída em caso de apuração de prejuízos fiscais em, pelo menos, 3 dos últimos 5 exercícios sociais ou quando não houver expectativa de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para que o crédito tributário seja utilizado.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados mensalmente e serão desreconhecidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

**3.12. PIS e COFINS:** As contribuições para o PIS são provisionadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%.

A Resseguradora reconhece, contabilmente, desde o segundo semestre de 2016, os créditos tributários de PIS e COFINS originários das provisões de sinistros, deduzidas as provisões para recuperações de sinistros. Para fins de apuração das bases de cálculo dessas contribuições, os valores somente são dedutíveis quando pagos ou recebidos.

#### 4. Disponível

	30/06/2017	31/12/2016
Caixa	6	9
Bancos	869	5.964
Conta Corrente	284	111
Conta Corrente em Moeda Estrangeira (CCME)	585	5.853
<b>Total</b>	<b>875</b>	<b>5.973</b>

## 5. Aplicações Financeiras

**5.1. Composição das aplicações:** Todos os fundos nos quais a Terra Brasis aplica seus recursos são fundos não exclusivos, com seus dados disponíveis para consulta pública, abertos para outros investidores (inclusive entidades não supervisionadas pela Susep) e sem prazo de vencimento.

	Rating (*)	Rentabilidades Contratadas / Classificação ANBIMA	30/06/2017		31/12/2016	
			Valor	%	Valor	%
<b>Títulos financeiros disponíveis para venda</b>			<b>125.341</b>	<b>80</b>	<b>110.417</b>	<b>79</b>
<b>Títulos Públicos - LFT</b>			<b>19.397</b>	<b>12</b>	<b>19.511</b>	<b>14</b>
	AAA	100,1% Selic	19.397	12	19.511	14
<b>Títulos Privados - Letras Financeiras</b>			<b>26.126</b>	<b>17</b>	<b>28.968</b>	<b>20</b>
	AAA	100,4% a 112,4% CDI	20.968	14	18.624	13
	AA- a AA+	112,0% a 113,3% CDI	5.158	3	-	-
	BBB+	120,0% CDI	-	-	10.344	7
<b>Títulos Privados - Debêntures</b>			<b>53.769</b>	<b>34</b>	<b>52.558</b>	<b>38</b>
	AAA	105,2% a 111,5% CDI / CDI+1,85%	7.472	5	13.665	10
	A a A+	CDI+1,07% / 118% CDI	4.876	3	4.915	4
	AA- a AA+	CDI+1,0% a +2,5%/108,5% a 118% CDI	40.857	26	31.654	22
	AA- a AA+	IPCA+7,57% a 9,0%	564	-	2.324	2
<b>Ações</b>	A-		<b>26.049</b>	<b>17</b>	<b>9.380</b>	<b>7</b>
<b>Títulos a valor justo por meio do resultado</b>			<b>30.162</b>	<b>20</b>	<b>28.625</b>	<b>21</b>
<b>Quotas de fundos de investimentos abertos</b>			<b>30.162</b>	<b>20</b>	<b>28.625</b>	<b>21</b>
		Ações Ibovespa Ativo	-	-	7.734	6
		Renda Fixa	6.634	4	845	1
		Multimercados MultiEstratégia	11.854	8	11.273	8
		Cambial	11.674	8	8.773	6
<b>Total</b>			<b>155.503</b>	<b>100</b>	<b>139.042</b>	<b>100</b>

(\*) Considera-se o *rating* das agências *Standard & Poor's*, *Moody's*, *Fitch* e *A.M.Best*. Caso o ativo possua mais de um *rating*, é utilizado o maior.

**5.2. Abertura por vencimento**

	30/06/2017				31/12/2016			
	Sem Venci- mento ou de até 1 ano	De 1 a 5 anos	Total	%	Sem Venci- mento ou de até 1 ano	De 1 a 5 anos	Total	%
<b>Quotas Fundos de Investimento Aberto</b>	<b>30.162</b>	-	<b>30.162</b>	<b>19</b>	<b>28.625</b>	-	<b>28.625</b>	<b>21</b>
<b>Ações</b>	<b>26.049</b>	-	<b>26.049</b>	<b>17</b>	<b>9.380</b>	-	<b>9.380</b>	<b>7</b>
<b>Títulos Públicos</b>	-	<b>19.397</b>	<b>19.397</b>	<b>12</b>	<b>5.276</b>	<b>14.235</b>	<b>19.511</b>	<b>14</b>
LFT	-	19.397	19.397	12	5.276	14.235	19.511	14
<b>Títulos Privados</b>	<b>31.656</b>	<b>48.239</b>	<b>79.895</b>	<b>52</b>	<b>26.907</b>	<b>54.619</b>	<b>81.526</b>	<b>58</b>
Debêntures	12.551	41.218	53.769	35	5.060	47.498	52.558	37
Letras financeiras	19.105	7.021	26.126	17	21.847	7.121	28.968	21
<b>Total</b>	<b>87.867</b>	<b>67.636</b>	<b>155.503</b>	<b>100</b>	<b>70.188</b>	<b>68.854</b>	<b>139.042</b>	<b>100</b>

**5.3. Ativos financeiros mensurados a valor justo**

	30/06/2017			31/12/2016		
	Valor do custo atualizado	Ajuste a valor justo	Valor Justo/Contábil	Valor do custo atualizado	Ajuste a valor justo	Valor Justo/Contábil
<b>Títulos financeiros disponíveis para venda</b>	<b>108.232</b>	<b>17.109</b>	<b>125.341</b>	<b>110.408</b>	<b>9</b>	<b>110.417</b>
Títulos Públicos - LFT	19.397	-	19.397	19.511	-	19.511
Títulos Privados - Letras Financeiras	26.106	20	26.126	28.910	58	28.968
Títulos Privados - Debêntures	53.349	420	53.769	52.607	(49)	52.558
Ações	9.380	16.669	26.049	9.380	-	9.380
<b>Títulos a valor justo por meio do resultado</b>	<b>30.162</b>	-	<b>30.162</b>	<b>28.625</b>	-	<b>28.625</b>
Quotas de fundos de investimentos abertos	30.162	-	30.162	28.625	-	28.625
<b>Total</b>	<b>138.394</b>	<b>17.109</b>	<b>155.503</b>	<b>139.033</b>	<b>9</b>	<b>139.042</b>

**5.4. Hierarquia de valor justo das aplicações financeiras**

	30/06/2017			31/12/2016		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Títulos Públicos - LFT	19.397	-	-	19.511	-	-
Títulos Privados - Letras Financeiras	-	26.126	-	-	28.968	-
Títulos Privados - Debêntures	-	53.769	-	-	52.558	-
Quotas de fundos de investimentos abertos	-	30.162	-	-	28.625	-
Ações - Companhia de capital fechado	-	-	26.049	-	-	9.380
<b>Total</b>	<b>19.397</b>	<b>110.057</b>	<b>26.049</b>	<b>19.511</b>	<b>110.151</b>	<b>9.380</b>

O valor justo das quotas de fundos de investimento financeiro foi estimado como sendo o valor patrimonial divulgado pelos Administradores dos fundos de investimento, nos quais a Terra Brasis aplica seus recursos. Os instrumentos financeiros estão registrados na carteira dos fundos de investimento. Os fundos de investimentos são classificados como Nível 2 e podem usar derivativos dentro da sua estratégia de



investimento (vide nota 3.2.c). O valor justo das ações de emissão de companhia de capital fechado foi determinado com base em estudos técnicos elaborados pela Administração (ver nota 19).

## 5.5. Derivativos

A Companhia, opera diretamente com derivativos, especificamente contratos negociados na [B3], com o objetivo de proteger-se de impactos negativos em suas obrigações em dólares americanos que possam ser causados por eventuais flutuações da taxa de câmbio. A exposição da Terra Brasis em dolares americanos, estão demonstradas na nota 16.5.

A seguir são apresentadas as posições de contratos futuros:

Derivativos	Data do vencimento	Quantidade	Valor justo <sup>(*)</sup>	Valor a receber / (pagar)
Futuro USD	01/08/2017	15	2.495	-
			<b>2.495</b>	<b>-</b>

(\*) O valor justo é apurado com base em informações dos contratos negociados na [B3] diariamente.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não possuía derivativos geridos por ela.

## 5.6. Movimentações das aplicações financeiras

	01/01/2017 a 30/06/2017	01/01/2016 a 30/06/2016
<b>Saldo Inicial</b>	<b>139.042</b>	<b>131.439</b>
Aplicações	138.047	83.969
Resgates	(146.521)	(83.202)
Rendimentos	7.864	5.623
Ajuste a valor de mercado	17.071	36
<b>Saldo Final</b>	<b>155.503</b>	<b>137.865</b>

**5.7 Desempenho:** A Administração mensura a rentabilidade de seus investimentos utilizando como parâmetro a variação das taxas de rentabilidade dos certificados de depósitos interbancários (CDI). A administração também avalia a rentabilidade dos seus investimentos excluindo as aplicações em fundo cambial, usado para o *hedge* dos passivos financeiros em moeda estrangeira.

Ano	Rendimento (%)			Porcentagem do CDI (%)		Rendimento - CDI (%)	
	Carteira completa	Excluindo fundo cambial	CDI	Carteira completa	Excluindo fundo cambial	Carteira completa	Excluindo fundo cambial
2017*	6,26	6,44	5,61	110	113	0,65	0,83
2016	11,08	14,17	14,06	79	101	(2,98)	0,11
2015	15,77	14,23	13,23	119	108	2,54	1,00
2014	11,78	11,46	10,81	109	106	0,97	0,65
2013	8,44	8,46	8,06	105	105	0,38	0,40

\* Corresponde ao período de janeiro a junho de 2017.

## 6. Créditos e Débitos de Operações com Seguros e Resseguros

### 6.1. Composição

Grupo	Créditos de operações		Débitos de operações	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Patrimonial	23.730	21.465	13.085	12.061
Riscos especiais	63	91	1	8
Responsabilidades	2.384	1.757	505	455
Automóvel	1.256	167	3	(33)
Transportes	11.214	5.669	5.488	1.839
Riscos financeiros	9.853	8.279	7.058	5.826
Pessoas coletivo	585	1.063	200	156
Habitacional	54	52	255	246
Rural	1.009	852	103	50
Outros (*)	13.875	7.343	1538	461
Marítimos	1.265	2.045	479	146
Aeronáuticos	775	865	272	344
<b>Total</b>	<b>66.063</b>	<b>49.648</b>	<b>28.987</b>	<b>21.559</b>

(\*) Referem-se integralmente a aceitações de riscos originados no exterior, ramo 1279 - Seguros no Exterior.

#### 6.1.a. Movimentações dos créditos das operações de seguros e resseguros

	01/01/2017 a 30/06/2017	01/01/2016 a 30/06/2016
<b>Saldo inicial</b>	<b>49.648</b>	<b>50.535</b>
Prêmios Emitidos	55.729	41.914
RVNE	1.449	(1.438)
Recebimento	(38.903)	(45.479)
Oscilação Cambial	330	(872)
Recuperação de Sinistro	(1.889)	273
Redução ao valor recuperável	(301)	-
<b>Saldo Final</b>	<b>66.063</b>	<b>44.933</b>

#### 6.1.b. Movimentações dos débitos das operações de seguros e resseguros

	01/01/2017 a 30/06/2017	01/01/2016 a 30/06/2016
<b>Saldo inicial</b>	<b>21.559</b>	<b>27.090</b>
Prêmios de Retrocessão Emitidos	31.929	25.115
Varição da RVNE	28	(1.330)
Corretagem	587	86
Pagamentos	(25.184)	(27.321)
Oscilação Cambial	68	(135)
<b>Saldo Final</b>	<b>28.987</b>	<b>23.505</b>

**6.2. Fluxo de realização de recebimento e pagamento****6.2.a. Prazos de recebimento de créditos das operações com resseguro e retrocessão:**

	30/06/2017			31/12/2016		
	Vincendos	Vencidos	Total	Vincendos	Vencidos	Total
Sem Vencimento <sup>(*)</sup>	28.869	-	28.869	16.533	-	16.533
1 a 30 dias	17.560	2.413	19.973	19.328	3.520	22.848
31 a 60 dias	3.514	155	3.669	1.967	767	2.734
61 a 120 dias	4.042	1.136	5.178	2.181	352	2.533
121 a 180 dias	2.055	936	2.991	1.774	737	2.511
181 a 365 dias	4.939	1.357	6.296	2.976	125	3.101
Redução ao valor recuperável	-	(913)	(913)	(612)	-	(612)
<b>Total</b>	<b>60.979</b>	<b>5.084</b>	<b>66.063</b>	<b>44.147</b>	<b>5.501</b>	<b>49.648</b>

(\*) Os valores são registrados com base em informações apresentadas pelas cedentes e são liquidadas financeiramente em prazos variados. Determinados créditos apresentados na coluna “vencidos” aguardam esclarecimentos e ou documentações adicionais para que venham a ser recebidos, não caracterizando-se como uma perda efetiva.

**6.2.b. Prazos de pagamento de débitos das operações de retrocessão:**

	30/06/2017			31/12/2016		
	Vincendos	Vencidos	Total	Vincendos	Vencidos	Total
Sem Vencimento <sup>(*)</sup>	12.420	-	12.420	6.387	-	6.387
1 a 30 dias	9.025	550	9.575	7.446	235	7.681
31 a 60 dias	2.090	16	2.106	2.537	54	2.591
61 a 120 dias	2.078	399	2.477	756	1.714	2.470
121 a 180 dias	1.200	25	1.225	256	29	285
181 a 365 dias	1.114	70	1.184	828	1.317	2.145
<b>Total</b>	<b>27.927</b>	<b>1.060</b>	<b>28.987</b>	<b>18.210</b>	<b>3.349</b>	<b>21.559</b>

(\*) Os valores são registrados com base em informações apresentadas pelas cedentes e são liquidadas financeiramente em prazos variados. Determinados créditos apresentados na coluna “vencidos” aguardam esclarecimentos e ou documentações adicionais para que venham a ser recebidos, não caracterizando-se como uma perda efetiva.

## 7. Créditos Tributários e Previdenciários

### 7.1.a. Créditos tributários

	<u>31/12/2016</u>	<u>Constitui- ções</u>	<u>Baixas</u>	<u>Atualizações</u>	<u>30/06/2017</u>
<b>Circulante</b>	<b>3.807</b>	<b>2.240</b>	<b>(339)</b>	<b>156</b>	<b>5.864</b>
Antecipação de IRPJ	1.017	1.004	(339)	62	1.744
Antecipação de CSLL	657	811	-	67	1.535
Créditos de pis e cofins	138	194	-	27	359
PIS e COFINS diferido	1.995	231	-	-	2.226
<b>Não circulante</b>	<b>5.707</b>	<b>293</b>	<b>(132)</b>	<b>-</b>	<b>5.868</b>
Créditos de imposto de renda prejuízo fiscal	2.880	-	(60)	-	2.820
Créditos de imposto de renda ajustes temporários	278	163	(1)	-	440
Créditos de contribuição social base negativa	2.304	-	(48)	-	2.256
Créditos de contribuição social ajustes temporários	223	130	(1)	-	352
IR e CS Ajuste negativo de valor a mercado (TVM)	22	-	(22)	-	-
<b>Total</b>	<b><u>9.514</u></b>	<b><u>2.533</u></b>	<b><u>(471)</u></b>	<b><u>156</u></b>	<b><u>11.732</u></b>

### 7.1.b. Constituição e compensação dos créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos

<u>Ano de apuração</u>	<u>Base de Cálculo</u>	<u>Constituição e compensação do crédito tributário</u>		
		<u>CSLL</u>	<u>IRPJ</u>	<u>Total</u>
Anterior a 2015	6.526	1.163	1.939	3.102
2015	4.568	1.018	874	1.892
2016	426	123	67	190
2017	(240)	(48)	(60)	(108)
<b>Total</b>	<b><u>11.280</u></b>	<b><u>2.256</u></b>	<b><u>2.820</u></b>	<b><u>5.076</u></b>

Os créditos foram ativados com base em projeção de lucros tributáveis futuros e a Companhia estima que esses créditos, serão realizados até 2020.

**7.2. Despesas de imposto de renda e contribuição social**

	30/06/2017		30/06/2016	
	Imposto de renda	Contribuição Social	Imposto de renda	Contribuição Social
<b>Lucro antes dos impostos e participações</b>	<b>1.076</b>	<b>1.076</b>	<b>5.842</b>	<b>5.842</b>
Participações Sobre o Lucro	(79)	(79)	(123)	(123)
<b>Lucro Ajustado</b>	<b>997</b>	<b>997</b>	<b>5.719</b>	<b>5.719</b>
Adições/Exclusões Permanentes (i)	(1.101)	(1.101)	104	104
Adições/Exclusões Temporárias (ii)	716	716	(1.728)	(1.728)
<b>(=) Lucro antes das compensações</b>	<b>612</b>	<b>612</b>	<b>4.095</b>	<b>4.095</b>
Compensação prejuízo fiscal / base negativa	(184)	(184)	(1.229)	(1.229)
<b>(=) Lucro após as compensações</b>	<b>428</b>	<b>428</b>	<b>2.866</b>	<b>2.866</b>
Tributos Calculados pelas alíquotas nominais	134	112	705	573
Deduções incentivos (PAT, Lei Rounet e Empresa Cidadã)	(5)	-	(18)	-
<b>IRPJ/CSLL Diferidos</b>	<b>616</b>	<b>493</b>	<b>472</b>	<b>308</b>
Constituição prejuízo fiscal e base negativa	(60)	(48)	307	246
Reversão / Constituição de crédito tributário e ajustes temporais	162	129	165	62
Reversão de passivo tributário (iii)	514	412	-	-
<b>(=) Total imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(487)</b>	<b>(381)</b>	<b>1.159</b>	<b>881</b>
Alíquota efetiva (%)	-45%	-35%	20%	15%

- (i) Em 2017 refere-se a dividendos recebidos.
- (ii) Principalmente por variações cambiais ativas (exclusões) e passivas (adições) que são tributáveis ou dedutíveis quando efetivamente recebidas ou pagas.
- (iii) Reversão de créditos tributários de pis e cofins considerados como exclusões no 2º semestre de 2016.

## 8. Transações com Partes Relacionadas

8.1. A Terra Brasis realiza investimentos em fundos abertos geridos pela Brasil Plural Gestão de Recursos Ltda. empresa ligada aos acionistas controladores. Os investimentos da Terra Brasis não são relevantes em relação ao patrimônio desses fundos.

8.2. A remuneração global do pessoal-chave da Administração no semestre foi de R\$ 1.428 (R\$ 1.225 em 2016) que compreende substancialmente pró-labore.

## 9. Depósitos de Terceiros

	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
De 1 a 30 dias	906	470
De 31 a 60 dias	84	401
De 61 a 120 dias	32	89
De 121 a 180 dias	143	10
De 181 a 365 dias	126	57
<b>Total</b>	<b><u>1.291</u></b>	<b><u>1.027</u></b>

## 10. Tributos Diferidos

Refere-se a imposto de renda e contribuição social sobre receitas de variação cambial, registradas contabilmente, cujo tratamento fiscal foi considerado como temporal, gerando um passivo tributário diferido. A realização dar-se á em momento da liquidação das obrigações em eventos futuros.

### 10.1 Movimentação dos tributos diferidos de imposto de renda e contribuição social

	<u>31/12/2016</u>	<u>Reversão</u>	<u>Ajuste<sup>(*)</sup></u>	<u>30/06/2017</u>
IRPJ diferidos	1.004	(16)	(499)	489
CSLL diferidos	804	(12)	(399)	393
	<b><u>1.808</u></b>	<b><u>(28)</u></b>	<b><u>(898)</u></b>	<b><u>882</u></b>

(\*) Refere-se ao ajuste temporal sobre o montante de PIS e COFINS diferidos sobre a PSL que foram considerados no exercício de 2016 como exclusões temporárias na base de cálculo de IRPJ e CSLL.

**11. Detalhamento do Patrimônio Líquido Ajustado e Exigência de Capital**

	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>113.151</b>	<b>101.881</b>
Despesas antecipadas não relacionadas a resseguro	(129)	(79)
Créditos tributários de prejuízos fiscais e bases negativas	(5.076)	(5.184)
Ativos intangíveis	(223)	(271)
<b>a. Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)</b>	<b>107.723</b>	<b>96.347</b>
<b>b. Capital base</b>	<b>60.000</b>	<b>60.000</b>
<b>c. Capital de risco</b>	<b>27.484</b>	<b>25.940</b>
Parcela baseada no risco de subscrição	12.714	11.707
Parcela baseada no risco de crédito	15.664	15.020
Parcela baseada no risco de mercado (*)	5.617	5.331
Benefício da diversificação	(7.210)	(6.797)
Parcela baseada no risco operacional	699	679
<b>d. Capital Mínimo Requerido (max[b,c])</b>	<b>60.000</b>	<b>60.000</b>
<b>e. Suficiência de capital (a - d)</b>	<b>47.723</b>	<b>36.347</b>
Suficiência de capital (d/e)	80%	61%

(\*) De acordo com a Resolução 321/2015 do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) o montante efetivamente exigido do Capital de Risco de Mercado apresentado, corresponde a 50% do valor apurado no período findo em 31/12/2016. O montante integral da parcela deverá ser considerado a partir de 31/12/2017.

## 12. Provisões Técnicas e Custos de Aquisição Diferidos

### 12.1 Resseguros e retrocessões aceitas

30/06/2017	Provisão de prêmios não ganhos			Provisão de sinistros		Outras provisões		Total
	Aceitos	RVNE	Comissão	IBNR	Avisados	PET	PDR-IBNR	
<b>Grupo</b>								
Patrimonial	20.587	5.366	(3.216)	-	62.916	218	-	85.871
Riscos especiais	101	29	(6)	297	635	-	12	1.068
Responsabilidades	2.177	579	(282)	-	9.930	51	-	12.455
Automóvel	1.149	254	(325)	270	313	-	2	1.663
Transportes	7.900	2.041	(1.288)	3.745	8.047	74	2	20.521
Riscos financeiros	24.026	4.521	(9.377)	4.098	3.651	584	27	27.530
Pessoas coletivo	227	70	-	-	487	280	-	1.064
Habitacional	15	2	(7)	76	82	6	-	174
Rural	631	149	(148)	125	332	54	1	1.144
Outros	9.226	2.078	(2.494)	-	4.256	264	-	13.330
Marítimos	1.776	548	-	949	1.075	45	18	4.411
Aeronáuticos	676	202	(23)	4	411	32	-	1.302
<b>Total</b>	<b>68.491</b>	<b>15.839</b>	<b>(17.166)</b>	<b>9.564</b>	<b>92.135</b>	<b>1.608</b>	<b>62</b>	<b>170.533</b>

31/12/2016	Provisão de prêmios não ganhos			Provisão de sinistros		Outras provisões		Total
	Aceitos	RVNE	Comissão	IBNR	Avisados	PET	PDR-IBNR	
<b>Grupo</b>								
Patrimonial	21.448	5.662	(3.102)	-	61.689	209	-	85.906
Riscos especiais	159	46	(9)	2.391	625	-	16	3.228
Responsabilidades	1.871	511	(213)	4.021	8.519	64	27	14.800
Automóvel	138	31	(39)	319	257	4	2	712
Transportes	5.918	1.656	(552)	4.576	6.851	96	30	18.575
Riscos financeiros	21.311	4.006	(8.332)	3.166	2.314	446	21	22.932
Pessoas coletivo	653	202	-	131	197	288	1	1.472
Habitacional	5	1	(2)	68	57	63	-	192
Rural	127	34	(18)	-	363	60	-	566
Outros	5.843	1.312	(1.592)	311	1.900	130	2	7.906
Marítimos	2.388	736	(5)	3.358	1.303	34	22	7.836
Aeronáuticos	681	193	(50)	226	236	36	2	1.323
<b>Total</b>	<b>60.542</b>	<b>14.390</b>	<b>(13.914)</b>	<b>18.567</b>	<b>84.311</b>	<b>1.430</b>	<b>123</b>	<b>165.448</b>

Obs: RVNE: Riscos Vigentes Não Emitidos; Comissão: Comissão da Cedente; IBNR: Sinistros Ocorridos e Não Avisados ("Incurred But Not Reported"); PET: Provisão de Excedentes Técnicos; PDR-IBNR: Provisão de Despesas Relacionadas de IBNR.



**12.2 Ativos de Resseguro e Retrocessão**

30/06/2017	Provisão de prêmios não ganhos			Provisão de sinistros		Outras provisões	Total
	Cedidos	RVNE	Comissão	IBNR	Avisados	PET	
Patrimonial	11.075	2.157	(1.776)	-	35.578	101	47.135
Riscos especiais	-	-	-	166	542	-	708
Responsabilidades	398	118	(45)	-	6.335	-	6.806
Automóvel	-	-	-	70	8	-	78
Transportes	4.253	1.061	(1.070)	2.439	4.878	-	11.561
Riscos financeiros	19.762	3.713	(8.715)	2.835	745	179	18.518
Pessoas Coletivo	67	-	-	-	9	134	210
Habitacional	1	1	-	22	28	(18)	34
Rural	59	15	(16)	52	76	-	186
Outros	524	152	(119)	-	6	-	564
Marítimos	256	78	(52)	18	-	-	300
Aeronáuticos	187	34	(10)	1	31	-	243
<b>Total</b>	<b>36.582</b>	<b>7.329</b>	<b>(11.803)</b>	<b>5.603</b>	<b>48.236</b>	<b>396</b>	<b>86.343</b>

31/12/2016	Provisão de prêmios não ganhos			Provisão de sinistros		Outras provisões	Total
	Cedidos	RVNE	Comissão	IBNR	Avisados	PET	
Patrimonial	10.655	2.883	(1.987)	-	39.896	96	51.543
Riscos especiais	19	4	(6)	1.304	534	-	1.855
Responsabilidades	693	184	(48)	1.834	6.097	-	8.760
Automóvel	-	-	-	105	8	-	113
Transportes	2.905	886	(244)	2.987	4.737	-	11.271
Riscos financeiros	17.340	3.231	(7.586)	2.087	75	110	15.257
Pessoas coletivo	-	-	-	88	-	133	221
Habitacional	1	-	-	21	12	-	34
Rural	4	2	-	-	46	-	52
Outros	197	45	(62)	4	-	1	185
Marítimos	-	-	-	39	-	-	39
Aeronáuticos	201	66	(23)	76	28	-	348
<b>Total</b>	<b>32.015</b>	<b>7.301</b>	<b>(9.956)</b>	<b>8.545</b>	<b>51.433</b>	<b>340</b>	<b>89.678</b>

Obs: RVNE: Riscos Vigentes Não Emitidos; Comissão: Comissão da Cedente; IBNR: Sinistros Ocorridos e Não Avisados ("Incurred But Not Reported"); PET: Provisão de Excedentes Técnicos; PDR-IBNR: Provisão de Despesas Relacionadas de IBNR.

**12.3 Movimentação das Provisões Técnicas**

<b>PPNG - Aceitos</b>	<b>PPNG</b>	<b>RVNE</b>	<b>Outras Provisões PET/PDR</b>	<b>Total Provisão de Prêmio</b>
<b>Saldo em 1º de Janeiro de 2017</b>	<b>46.628</b>	<b>14.390</b>	<b>1.553</b>	<b>62.571</b>
Prêmio Emitido no Período	55.729	1.449	-	57.178
Prêmio Ganho no Período	(51.264)	-	-	(51.264)
PET/PDR	-	-	117	117
Varição da Estimativa	232	-	-	232
<b>Saldos em 30/06/2017</b>	<b>51.325</b>	<b>15.839</b>	<b>1.670</b>	<b>68.834</b>

<b>PSL - Aceitos</b>	<b>IBNR</b>	<b>PDR-IBNR</b>	<b>PSL</b>	<b>Total Provisão de Sinistro</b>
<b>Saldo em 1º de Janeiro de 2017</b>	<b>18.567</b>	<b>123</b>	<b>84.311</b>	<b>103.001</b>
Varição da Estimativa	(9.003)	(61)	-	(9.064)
Oscilação Cambial	-	-	427	427
Sinistros Avisados	-	-	30.288	30.288
Sinistros Pagos no Período	-	-	(22.891)	(22.891)
<b>Saldos em 30/06/2017</b>	<b>9.564</b>	<b>62</b>	<b>92.135</b>	<b>101.761</b>

<b>PPNG - Cedido</b>	<b>PPNG</b>	<b>RVNE</b>	<b>Outras Provisões</b>	<b>Total Provisão de Prêmio</b>
<b>Saldo em 1º de Janeiro de 2017</b>	<b>22.059</b>	<b>7.301</b>	<b>340</b>	<b>29.700</b>
Prêmio Emitido no Período	32.462	28	-	32.490
Prêmio Ganho no Período	(29.141)	(28)	-	(29.169)
PET	-	-	55	55
Varição da Estimativa	(601)	28	1	(572)
<b>Saldos em 30/06/2017</b>	<b>24.779</b>	<b>7.329</b>	<b>396</b>	<b>32.504</b>

<b>PSL - Cedido</b>	<b>IBNR</b>	<b>PSL</b>	<b>Total Provisão de Sinistro</b>
<b>Saldo em 1º de Janeiro de 2017</b>	<b>8.545</b>	<b>51.433</b>	<b>59.978</b>
Varição da Estimativa	(2.942)	-	(2.942)
Oscilação Cambial	-	239	239
Sinistros Avisados	-	5.235	5.235
Sinistros Recuperados no Período	-	(8.671)	(8.671)
<b>Saldos em 30/06/2017</b>	<b>5.603</b>	<b>48.236</b>	<b>53.839</b>

**12.4 Custos de aquisição diferidos**

<b>Grupo</b>	<b>01/01/2017 a 30/06/2017</b>				
	<b>Saldo Inicial</b>	<b>Corretagem</b>		<b>Oscilação Cambial</b>	<b>Saldo Final</b>
		<b>Consti- tuição</b>	<b>Diferi- mento</b>		
Patrimonial	<b>684</b>	670	(606)	-	<b>748</b>
Riscos especiais	<b>7</b>	-	(4)	-	<b>3</b>
Responsabilidades	<b>87</b>	134	(89)	-	<b>132</b>
Automóvel	<b>4</b>	44	(12)	-	<b>36</b>
Transportes	<b>144</b>	207	(121)	3	<b>233</b>
Riscos financeiros	<b>61</b>	84	(47)	-	<b>98</b>
Pessoas coletivo	<b>35</b>	-	(22)	-	<b>13</b>
Rural	<b>4</b>	7	(3)	-	<b>8</b>
Outros	<b>161</b>	415	(238)	7	<b>345</b>
Marítimos	<b>247</b>	127	(170)	1	<b>205</b>
Aeronáuticos	<b>53</b>	19	(33)	1	<b>40</b>
<b>Total</b>	<b>1.487</b>	<b>1.707</b>	<b>(1.345)</b>	<b>12</b>	<b>1.861</b>

Para carteira atual de negócios, o prazo médio de diferimento dos contratos Tratados é de 24 meses e Facultativos 12 meses.

**12.5 Desenvolvimento de sinistros****12.5.a. Tabela de desenvolvimento de sinistros a liquidar - bruto de retrocessões**

O quadro de desenvolvimento de sinistros ilustra a evolução dos avisos de sinistros recebidos pela Terra Brasis para cada ano de subscrição dos contratos. Partindo do ano em que o contrato de resseguro foi subscrito, a parte superior do quadro demonstra a evolução dos avisos de sinistros no decorrer dos anos. O montante avisado varia à medida que informações mais atualizadas são obtidas através de dados enviados pelas cedentes sobre contratos subscritos. A parte inferior do quadro demonstra a reconciliação dos montantes com os saldos contábeis na data-base dessas demonstrações financeiras.

	<b>Ano de Subscrição</b>						<b>Total</b>
	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	
<b>Montante avisado de sinistros</b>							
No ano de subscrição	-	5.648	3.522	15.932	7.167	1.678	1.678
Um ano após o ano de subscrição	500	17.874	45.343	35.912	23.455	-	23.455
Dois anos após o ano de subscrição	1.706	32.160	77.113	48.753	-	-	48.753
Três anos após o ano de subscrição	1.659	34.739	76.672	-	-	-	76.672
Quatro anos após o ano de subscrição	1.220	34.708	-	-	-	-	34.708
Cinco anos após o ano de subscrição	1.244	-	-	-	-	-	1.244
<b>Posição em 30/06/2017</b>	<b>1.244</b>	<b>34.708</b>	<b>76.672</b>	<b>48.753</b>	<b>23.455</b>	<b>1.678</b>	<b>186.510</b>
<b>Montante sinistros pagos</b>							
No ano de subscrição	-	(391)	(239)	(125)	(1.805)	(243)	(1.805)
Um ano após o ano de subscrição	(4)	(6.437)	(10.764)	(11.748)	(8.079)	-	(11.748)
Dois anos após o ano de subscrição	(582)	(22.116)	(30.677)	(18.437)	-	-	(30.677)
Três anos após o ano de subscrição	(850)	(26.187)	(39.199)	-	-	-	(26.187)
Quatro anos após o ano de subscrição	(1.067)	(27.342)	-	-	-	-	(1.067)
Cinco anos após o ano de subscrição	(1.075)	-	-	-	-	-	(1.075)
<b>Posição em 30/06/2017</b>	<b>(1.075)</b>	<b>(27.342)</b>	<b>(39.199)</b>	<b>(18.437)</b>	<b>(8.079)</b>	<b>(243)</b>	<b>(94.375)</b>
<b>Saldo da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) em 30/06/2017</b>	<b>169</b>	<b>7.366</b>	<b>37.473</b>	<b>30.316</b>	<b>15.376</b>	<b>1.435</b>	<b>92.135</b>

**12.5.b. Tabela de desenvolvimento de sinistros a liquidar - líquido de retrocessões**

	Ano de Subscrição						Total
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
<b>Montante avisado de sinistros</b>							
No ano de subscrição	-	4.379	2.451	4.939	3.002	1.445	1.445
Um ano após o ano de subscrição	369	10.797	22.612	18.357	17.230	-	17.230
Dois anos após o ano de subscrição	1.311	15.999	31.014	27.803	-	-	27.803
Três anos após o ano de subscrição	1.281	16.336	31.421	-	-	-	31.421
Quatro anos após o ano de subscrição	821	16.001	-	-	-	-	16.001
Cinco anos após o ano de subscrição	845	-	-	-	-	-	845
<b>Posição em 30/06/2017</b>	<b>845</b>	<b>16.001</b>	<b>31.421</b>	<b>27.803</b>	<b>17.230</b>	<b>1.445</b>	<b>94.745</b>
<b>Montante sinistros pagos</b>							
No ano de subscrição	-	(259)	(148)	(87)	(1.090)	(192)	(192)
Um ano após o ano de subscrição	(2)	(3.955)	(6.057)	(8.127)	(5.808)	-	(5.808)
Dois anos após o ano de subscrição	(360)	(10.515)	(14.181)	(13.062)	-	-	(13.062)
Três anos após o ano de subscrição	(537)	(12.510)	(18.065)	-	-	-	(18.065)
Quatro anos após o ano de subscrição	(719)	(12.997)	-	-	-	-	(12.997)
Cinco anos após o ano de subscrição	(722)	-	-	-	-	-	(722)
<b>Posição em 30/06/2017</b>	<b>(722)</b>	<b>(12.997)</b>	<b>(18.065)</b>	<b>(13.062)</b>	<b>(5.808)</b>	<b>(192)</b>	<b>(50.846)</b>
<b>Saldo da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) em 30/06/2017</b>	<b>123</b>	<b>3.004</b>	<b>13.356</b>	<b>14.741</b>	<b>11.422</b>	<b>1.253</b>	<b>43.899</b>

### 13. Cobertura das Provisões Técnicas

A Companhia mantém vinculadas em garantia das provisões técnicas quotas de fundos de investimento, títulos públicos e títulos privados no montante de R\$ 89.261, quantia superior à necessidade de cobertura de R\$ 71.253, calculada conforme Resolução CNSP nº 321/2015.

	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Provisões técnicas	170.533	165.448
Cobertura de 20% do Capital de Risco	5.497	5.188
Ativo de resseguro	(64.159)	(74.703)
Direitos Creditórios	(40.617)	(30.919)
<b>Montante a ser garantido</b>	<b>71.253</b>	<b>65.014</b>
Quotas de fundos de investimentos abertos	13.881	4.407
Títulos públicos	17.017	19.511
Títulos privados	58.363	56.876
<b>Garantia das provisões técnicas</b>	<b>89.261</b>	<b>80.794</b>
<b>Suficiência</b>	<b>18.008</b>	<b>15.780</b>

### 14. Grupos de Ramos de Atuação

#### 14.1 Prêmios emitidos

Os prêmios emitidos dos grupos de ramos de atuação e seus índices de retenção são:

	<u>Prêmio emitido</u>		<u>Prêmio cedido retrocessão</u>		<u>Retenção (%)</u>	
	<u>30/06/2017</u>	<u>30/06/2016</u>	<u>30/06/2017</u>	<u>30/06/2016</u>	<u>30/06/2017</u>	<u>30/06/2016</u>
Patrimonial	23.480	21.472	17.405	14.805	25,9	31,0
Riscos especiais	1	162	(3)	182	420,9	(12,3)
Responsabilidades	2.961	2.015	1.172	1.095	60,4	45,6
Automóvel	1.203	234	-	6	100,0	97,4
Transportes	9.325	10.115	5.554	8.099	40,4	19,9
Riscos financeiros	8.402	669	6.345	(454)	24,5	167,9
Pessoas coletivo	(127)	1.107	126	602	199,2	45,6
Habitacional	117	95	9	242	92,0	(157,7)
Rural	872	(157)	36	(464)	95,9	(195,5)
Outros	9.599	2.994	769	13	92,0	99,5
Marítimos	770	1.521	371	-	51,9	100,0
Aeronáuticos	575	249	173	(18)	69,9	107,2
<b>Total</b>	<b>57.178</b>	<b>40.476</b>	<b>31.957</b>	<b>24.108</b>	<b>44,1</b>	<b>40,4</b>

## 14.2 Prêmios ganhos

Os prêmios ganhos dos grupos de ramos de atuação e seus índices de sinistralidade e de corretagem são:

Grupo	30/06/2017			30/06/2016		
	Prêmio ganho	Sinistralidade (%)	Corretagem (%)	Prêmio ganho	Sinistralidade (%)	Corretagem (%)
Patrimonial	24.763	62,1	2,4	23.976	73,7	3,2
Riscos especiais	74	(2.839,1)	5,0	381	144,1	4,0
Responsabilidades	2.673	(88,6)	3,3	2.592	65,0	3,3
Automóvel	254	3,0	4,5	106	75,0	7,2
Transportes	7.722	33,2	1,6	8.800	93,2	1,7
Riscos financeiros	6.218	44,0	0,7	3.037	45,0	1,4
Pessoas coletivo	430	93,0	5,2	969	60,0	1,0
Habitacional	110	159,3	-	90	35,0	-
Rural	382	57,4	0,9	1.733	102,5	1,0
Outros	6.515	99,6	3,7	1.748	163,2	8,2
Marítimos	1.568	(153,3)	10,8	1.556	124,8	9,2
Aeronáuticos	555	22,1	6,0	286	157,1	8,7
<b>Total</b>	<b>51.264</b>	<b>41,4</b>	<b>2,6</b>	<b>45.274</b>	<b>82,1</b>	<b>3,1</b>

## 15. Patrimônio Líquido

**15.1. Capital social:** O capital social subscrito e totalmente integralizado está representado por 100.650.000 (cem milhões, seiscentos e cinquenta mil) de ações ordinárias sem valor nominal.

Em 04 de fevereiro de 2016, a Pama Holding Participações e Investimentos Ltda., subscreveu 200.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo valor de R\$ 272 (duzentos e setenta e dois mil reais), autorizada por meio de Assembleia Geral Extraordinária realizada na mesma data e homologada pela Susep em 02 de março de 2016.

**15.2. Reserva de capital:** São recursos recebidos pela Resseguradora, que não passaram por seu Resultado como Receita, por serem recursos direcionados ao reforço do Capital.

**15.3. Reserva legal:** É constituída ao final de cada exercício social em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital.

**15.4. Dividendos e juros sobre o capital próprio:** São assegurados aos acionistas, ao final de cada exercício social, dividendos mínimos obrigatórios sobre o lucro líquido anual ajustado, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

Em reunião da Diretoria, realizada em 15 de novembro de 2016, foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 3.901, com base no lucro líquido do exercício do mesmo ano e foram pagos no primeiro semestre de 2017.

**15.5. Bônus de subscrição:** Em 2012 a Companhia emitiu Bônus de subscrição em favor do acionista Pama Holding Participações e Investimentos Ltda., não transferíveis, com vencimento em 21/12/2017. Os bônus dão direito a subscrição de 16.279.100 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, por um preço de subscrição de R\$1,00, atualizado monetariamente e ajustado de acordo com critérios determinados. A Pama exerceu direitos concedidos pelos bônus, subscrevendo 450 mil novas ações em 2014 e 200 mil novas ações em 2016. Em 30/06/2017 os bônus emitidos e ainda não exercidos dão direito a subscrição adicional de 15.629.100 novas ações.

## 16. Políticas de Gerenciamento de Riscos

A Terra Brasis possui uma estrutura abrangente de gerenciamento de riscos fundamentada na gestão integrada de cada um dos processos de negócios e na adequação do nível assumido de risco a objetivos preestabelecidos. O processo de gerenciamento de riscos envolve todas as camadas organizacionais da Companhia, desde a alta Administração até as áreas operacionais, visando a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte e controle / mitigação dos riscos materiais e também a adequação do capital e liquidez da Companhia ao seu perfil de risco e às condições de mercado e macroeconômicas.

**16.1. Risco de subscrição:** Risco de subscrição é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes das operações assumidas e que contrariem as expectativas associadas às bases técnicas e atuariais utilizadas para o cálculo de prêmios e provisões técnicas.

De maneira a padronizar e garantir a qualidade dos riscos assumidos foram criados Guias de Subscrição (Guidelines) para cada linha de negócio. A adequação às normas destes guias é verificada continuamente e alterações são feitas sempre que necessário.

A retenção máxima por risco, dependendo do ramo de negócio, foi definida entre 2,5% a 4,5% do capital da Terra Brasis. Além disso, contratos de retrocessão são firmados para certas linhas de negócios, reduzindo a volatilidade esperada do resultado da carteira.

Esforço significativo é dado ao controle de possíveis acúmulos. Dentre as maiores fontes de acúmulo, monitora-se, o máximo possível, a exposição da Terra Brasis a possíveis negócios de cosseguros existentes entre Cedentes com as quais a Terra Brasis detém contratos de resseguro e também no ramo do Seguro Garantia, pertencente ao grupo Riscos Financeiros, para o qual um controle constante de acúmulo por tomador (grupo econômico) é realizado.

**16.2. Risco de crédito:** Risco de crédito é definido como o risco de uma contraparte não cumprir com uma obrigação perante a Terra Brasis. A política interna de investimentos prevê diretrizes quanto à exposição a risco de crédito e o seu cumprimento é periodicamente monitorado pelo Comitê de Investimentos.

O gerenciamento do risco de crédito referente aos emissores dos títulos que compõem o portfólio de investimentos da Terra Brasis é efetuado pelos gestores da carteira e dos fundos de investimentos.

De maneira a mitigar os riscos de inadimplência referentes aos recebíveis de retrocessão, o painel de retrocessionários é composto por companhias com rating corporativo de alto nível. A tabela a seguir apresenta o total de Sinistros a Recuperar distribuído por rating de crédito e tipo de resseguradora.



01/01/2017 a 30/06/2017								
Rating	Local		Admitida		Eventual		Total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
A+	-	-	745	1,5	-	-	745	1,5
A	-	-	44.650	88,8	2.306	4,6	46.956	93,4
A-	-	-	-	-	2.592	5,2	2.592	5,2
B++	0,6	0,0	-	-	-	-	0,6	0,0
	<b>0,6</b>	<b>0,0</b>	<b>45.395</b>	<b>90,3</b>	<b>4.898</b>	<b>9,8</b>	<b>50.293</b>	<b>100,0</b>

01/01/2016 a 30/06/2016								
Rating	Local		Admitida		Eventual		Total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
A+	-	-	1.461	5,8	-	-	1.461	5,8
A	-	-	20.360	81,1	2.293	9,2	22.653	90,3
A-	-	-	-	-	989	3,9	989	3,9
B++	12	0,0	-	-	-	-	-	0,0
	<b>12</b>	<b>0,0</b>	<b>21.821</b>	<b>86,9</b>	<b>3.282</b>	<b>13,1</b>	<b>25.103</b>	<b>100,0</b>

Obs.: Classificados conforme a agência *A.M. Best*, e caso necessário *Standard & Poor's*.

**16.3. Risco de liquidez:** Risco de liquidez é definido como a possibilidade de ocorrência de dificuldades no cumprimento de compromissos financeiros nos prazos e valores requeridos. A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. Em 30 de junho de 2017 R\$ 155.503, o equivalente a 92,7% do portfólio de investimento encontrava-se aplicado em ativos que permitem resgate em até três dias (D+3) e R\$ 26.049, o equivalente a 7,3% em até 15 dias.

Os vencimentos dos ativos e passivos financeiros, estão classificados da seguinte forma:

Ativos e Passivos	Sem vencimento	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Mais de 2 anos	Total
Caixa e Bancos	875	-	-	-	875
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	30.162	-	-	-	30.162
Ativos financeiros disponíveis para venda	26.049	31.656	12.327	55.309	125.341
Crédito das operações de seguros e resseguros	-	66.063	-	-	66.063
Ativos de retrocessão	-	78.681	7.662	-	86.343
<b>Total de ativos</b>	<b>57.086</b>	<b>176.400</b>	<b>19.989</b>	<b>55.309</b>	<b>308.784</b>
Contas a pagar	-	9.100	-	-	9.100
Débitos das operações de resseguros	-	28.986	-	-	28.986
Provisões técnicas	-	158.023	12.510	-	170.533
<b>Total de passivos</b>	<b>-</b>	<b>196.109</b>	<b>12.510</b>	<b>-</b>	<b>208.619</b>

**16.4. Risco operacional:** Risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrentes de fraudes ou eventos externos, incluindo-se o risco legal e excluindo-se os riscos decorrentes de decisões estratégicas e à reputação da instituição. A Companhia, embora não obrigada pelas normas em vigor, planeja implementar ajustes na sua estrutura, políticas e procedimentos operacionais em linha com os conceitos gerais divulgados pelas Resolução CNSP nº 283/2013 e na Circular Susep nº 517/2015.

**16.5. Risco de mercado:** Risco de mercado é definido como o risco de perdas financeiras resultante de mudanças nos preços e taxas do mercado financeiro.

Para os ativos da carteira de investimento, este risco é mensurado por uma metodologia de Value at Risk (VaR) paramétrico consolidado, observando histórico de um ano da carteira de investimentos e um nível de confiança de 97.5%. O potencial de perda máxima diária da Terra Brasis e seu correspondente percentual da carteira de investimentos estão demonstrados abaixo:

<u>Ano</u>	<u>Perda máxima diária estimada</u>	<u>(%) da carteira</u>
2017 <sup>(*)</sup>	335	0,26
2016	353	0,27
2015	210	0,17
2014	159	0,16
2013	264	0,27

(\*) Correspondentes ao período de Janeiro a Junho de 2017.

Para o gerenciamento do risco cambial, a Terra Brasis executa avaliações mensais dos saldos de ativos e passivos em moeda estrangeira e utiliza investimentos em fundos cambiais e também adquire contratos negociados na [B3] de contratos futuros de dolar, para minimizar o descasamento de moedas. Em 30 de junho de 2017 a Resseguradora possuía exposição majoritariamente ao dólar americano. O total de ativos e passivos vinculados a esta moeda, bem como a exposição líquida estão demonstrados a seguir, em dólares americanos e seu equivalente em reais.

<u>Posição em:</u>	<u>Ativo denominados em dólares americanos</u>		<u>Passivos denominadas em dólares americanos</u>		<u>Exposição Líquida</u>	
	<u>em dólares americanos</u>	<u>equivalente em reais</u>	<u>em dólares americanos</u>	<u>equivalente em reais</u>	<u>em dólares americanos</u>	<u>equivalente em reais</u>
2017/06	15.254	50.465	13.472	44.568	1.782	5.897
2016/12	13.543	44.109	13.928	45.393	(385)	(1.284)
2015/12	8.599	33.576	9.977	38.959	(1.378)	(5.383)
2014/12	3.326	8.836	3.246	8.623	80	213

**16.6. Análise de sensibilidade:** As análises de sensibilidade têm por objetivo avaliar o impacto no resultado decorrente de variações nas premissas atuariais e de mercado.

Uma análise de sensibilidade foi realizada nos resultados do teste de adequação de passivos e consistiu em medir os impactos da variação da sinistralidade no teste na suficiência das provisões técnicas, considerando os fluxos financeiros de prêmios efetivos e prêmios estimados. Não houve comprometimento da suficiência das provisões. Apresentamos as variações relativas apenas para avaliação e referência, uma vez que as alterações das premissas atuariais não comprometeram a suficiência das provisões técnicas. Alguns resultados da análise de sensibilidade feitos em junho de 2017 e 2016 estão apresentados abaixo.

Efeito Bruto de Retrocessão	30/06/2017			30/06/2016		
	Impacto	% do Resultado	% do PLA	Impacto	% do Resultado	% do PLA
Sinistralidade 10% maior	(3.637)	(195,0)%	(3,4)%	(3.270)	(88,9)%	(3,4)%
Sinistralidade 10% menor	3.629	194,6%	3,4%	3.230	87,8%	3,4%

Efeito Líquido de Retrocessão	30/06/2017			30/06/2016		
	Impacto	% do Resultado	% do PLA	Impacto	% do Resultado	% do PLA
Sinistralidade 10% maior	(2.098)	(112,5)%	(1,9)%	(1.896)	(51,5)%	(2,0)%
Sinistralidade 10% menor	(2.098)	112,5%	1,9%	1.857	50,5%	1,9%

Uma análise de sensibilidade foi realizada para a carteira de investimento através de cálculos de estresses nas posições de fechamento da data-base. O teste constituiu-se de variação na taxa de câmbio, taxas de juros, ações e inflação. As premissas do teste e resultados estão apresentadas abaixo.

- Estrutura a termo da curva de IPCA: Variação de 300 pontos base ou 3% de forma equânime em todos os vértices da curva a termo.
- Índice Bovespa: Variação de 10% no Índice.
- Câmbio: variação de 10% na taxa de câmbio.

Fatores de Risco	Cenário A		Cenário B	
	Choque	Impacto no resultado antes dos impostos	Choque	Impacto no resultado antes dos impostos
Cambio	10%	1.159	-10%	(1.162)
Ações (Ibovespa)	-10%	6	10%	(6)
Inflação	300 bps	(269)	-300 bps	390

**17. Detalhamento das Contas de Resultado**

	<b>30/06/2017</b>	<b>30/06/2016</b>
<b>a. Prêmios:</b>		
1 Resseguro aceito	59.155	44.372
2 Retrocessão aceita	(702)	(109)
3 Resseguro e retrocessão aceito do exterior	9.885	3.709
4 RVNE	1.449	(1.438)
5 Comissão da cedente	(12.609)	(6.058)
<b>Total prêmios emitidos</b>	<b>57.178</b>	<b>40.476</b>
6 Variação das provisões	(5.914)	4.798
<b>Total prêmios ganhos</b>	<b>51.264</b>	<b>45.274</b>
<b>b. Sinistros incorridos:</b>		
1 Sinistros avisados	(30.288)	(37.793)
2 Variação provisão sinistros ocorridos mas não avisados	9.063	596
<b>Total</b>	<b>(21.225)</b>	<b>(37.197)</b>
<b>c. Custo de aquisição:</b>		
1 Constituição dos custos de aquisição	(1.707)	(1.269)
2 Variação dos custos de aquisição	362	(161)
<b>Total</b>	<b>(1.345)</b>	<b>(1.430)</b>
<b>d. Outras receitas e despesas operacionais:</b>		
1 Outras receitas e despesas operacionais	(639)	(15)
<b>Total</b>	<b>(639)</b>	<b>(15)</b>
<b>e. Resultado com operações de retrocessão</b>		
1 Retrocessão cedida	(40.551)	(27.841)
2 RVNE cedido	(28)	(1.330)
3 Comissão recebida da retrocessionária	8.622	2.726
4 Variação das provisões de prêmio	2.789	839
<b>Total despesa com retrocessão</b>	<b>(29.168)</b>	<b>(25.606)</b>
5 Sinistros avisados de retrocessionárias	5.235	23.124
6 Variação sinistros ocorridos mas não avisados de retrocessionárias	(2.942)	273
7 Participações nos lucros - retrocessão	48	-
<b>Total receita com retrocessão</b>	<b>2.341</b>	<b>23.397</b>
<b>Total</b>	<b>(26.827)</b>	<b>(2.209)</b>
<b>f. Despesas administrativas</b>		
1 Despesas com pessoal	(5.174)	(3.734)
2 Serviços de terceiros	(1.166)	(1.139)
3 Localização e funcionamento	(841)	(829)
4 Publicações legais, representações e publicidade	(761)	(475)
5 Outras despesas	(284)	(212)
<b>Total</b>	<b>(8.226)</b>	<b>(6.389)</b>

**17. Detalhamento das Contas de Resultado (continuação)**

	<u>30/06/2017</u>	<u>30/06/2016</u>
<b>g. Despesas com tributos</b>		
1 Impostos federais (incidentes s/ retrocessão e outros)	(597)	(601)
2 Impostos estaduais e municipais	(50)	(43)
3 COFINS	(128)	(864)
4 PIS	(21)	(140)
5 Taxa de fiscalização Susep	(250)	(202)
6 Contribuição Sindical	(42)	(35)
<b>Total</b>	<b>(1.088)</b>	<b>(1.885)</b>
<b>h. Resultado financeiro</b>		
<b>Receitas:</b>		
Ativos livres		
1 Títulos de renda variável	1.831	2.163
2 Títulos privados de renda fixa	2.335	2.113
3 Títulos públicos de renda fixa	20	67
4 Quotas de fundos de investimento cambiais	-	215
5 Quotas de outros fundos de investimento	1.405	418
Ativos vinculados		
6 Títulos privados de renda fixa	2.776	3.244
7 Títulos públicos de renda fixa	1.026	1.917
8 Quotas de fundos de investimento cambiais	738	466
9 Quotas de outros fundos de investimento	111	426
10 Oscilação cambial	4.495	12.258
11 Receitas eventuais	293	73
<b>Total receitas</b>	<b>15.030</b>	<b>23.360</b>
<b>Despesas:</b>		
12 Títulos de renda variável	(582)	-
13 Oscilação cambial	(4.720)	(10.389)
14 Despesa quotas de fundos de investimento cambiais	(337)	(2.923)
15 Despesa quotas de outros fundos de investimento	(210)	(320)
16 Despesas eventuais	(165)	(175)
<b>Total despesas</b>	<b>(6.014)</b>	<b>(13.807)</b>
<b>Total</b>	<b>9.016</b>	<b>9.553</b>
<b>i. Resultado patrimonial</b>		
1 Receita patrimonial	146	140
<b>Total</b>	<b>146</b>	<b>140</b>
<b>j. Impostos e participações sobre lucro</b>		
1 Imposto de renda	487	(1.159)
2 Contribuição social	381	(881)
3 Participação nos lucros	(79)	(123)
<b>Total</b>	<b>789</b>	<b>(2.163)</b>

## **18. Benefícios a empregados e administradores**

**18.1. Previdência privada:** A Resseguradora é instituidora, junto à Itaú Vida e Previdência S.A. (EAPP), de um Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) na modalidade de contribuição definida. Nos termos do contrato firmado, a Resseguradora realiza aportes mensais para custeio do plano e crédito à conta individual de seus funcionários em valor equivalente a 100% da contribuição básica do participante. O participante pode efetuar Contribuições Extraordinárias sem contrapartida da Instituidora. O Plano concede benefícios de renda mensal temporária. As contribuições efetuadas no semestre totalizaram R\$ 73 (R\$ 78 em 2016).

## **19. Eventos subsequentes**

As ações de emissão de terceiros que compõe a carteira de investimentos da Companhia foram vendidas em sua totalidade, tendo sido apurado lucro total no montante de R\$ 21,4 milhões antes dos efeitos tributários.

## **Conselho de Administração**

**Rodolfo Riechert** - Presidente  
**André Schwartz** - Vice-Presidente  
**Carlos Roberto De Zoppa**  
**Luiz Chrysostomo de Oliveira Filho**  
**Paulo Eduardo de Freitas Botti**  
**Pedro Duarte Guimarães**

## **Diretoria**

**Paulo Eduardo de Freitas Botti** - Diretor-Presidente  
**Beatriz Cabrera Americano Fernandes**  
**Bernardo Nolasco Rocha**  
**Carlos Roberto De Zoppa**  
**Paulo Toshio Hayakawa**  
**Rodrigo de Souza Lobo Botti**

## **Contador**

**Eduardo Póvoa**  
CRC-1SP223513/O-6

## **Atuário**

**Laércio dos Santos Vicente**  
MIBA-2.300

## Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

Semestre findo em 30 de junho de 2017.

Ilmos. Srs.  
Membros do Conselho de Administração da  
Terra Brasis Resseguros S.A.  
São Paulo, SP

O Comitê de Auditoria da Terra Brasis Resseguros S.A. ("Terra Brasis"), instituído nos termos da regulamentação estabelecida pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - Susep, funciona em conformidade com o estatuto social e o seu regimento interno aprovado pelo Conselho de Administração.

Compete ao Comitê de Auditoria apoiar a Conselho de Administração em suas atribuições de zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores independentes e da auditoria interna e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos.

No decorrer do semestre findo em 30 de junho de 2017, o Comitê desenvolveu suas atividades com base em plano de trabalho elaborado nos termos do seu regimento interno, que incluiu: (i) entrevistas com a alta administração e com os gestores; (ii) avaliação da estrutura, do funcionamento e acompanhamento dos trabalhos das áreas responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras, pelo sistema de controles internos, pelas atividades de gestão de riscos e pela função de *compliance*; (iii) avaliação do planejamento e do escopo dos trabalhos executados pela auditoria interna; (iv) avaliação do escopo, desempenho e independência dos auditores independentes; e (v) avaliação da qualidade das demonstrações financeiras.

A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP, é da administração da Terra Brasis. Também é de sua responsabilidade o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras, o gerenciamento dos riscos das operações e a implementação e supervisão das atividades de controle interno e *compliance*.

A auditoria independente é responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir relatório sobre sua adequação em conformidade com as normas brasileiras de auditoria estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A auditoria interna tem a responsabilidade pela avaliação da eficácia dos controles internos e do gerenciamento de riscos e dos processos que asseguram a aderência às normas e procedimentos estabelecidos pela Administração e às normas legais e regulamentares aplicáveis as atividades da Terra Brasis.

O Comitê atua através de reuniões e conduz análises a partir de documentos e informações que lhe são submetidas, além de outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.



O Comitê realizou, no decorrer do semestre, reuniões com áreas de contabilidade e controladoria, de controles internos e *compliance*, de gestão de riscos, com os auditores independentes e com os auditores interno, dentre outras.

No decorrer do semestre findo em 30 de junho de 2017 a Administração deliberou e conduziu um processo de substituição dos provedores de serviços de auditoria interna. O Comitê acompanhou esse processo e apoiou a Administração na avaliação da capacitação técnica dos novos provedores tendo discutido, o planejamento de seus trabalhos, incluindo o escopo e os procedimentos a serem aplicados. . O Comitê também avaliou os aspectos de independência e nível de reporte da auditoria interna na estrutura da Organização.

O Comitê mantém com os auditores independentes canais regulares de comunicação. O planejamento dos trabalhos de auditoria independente das demonstrações financeiras correspondentes ao semestre findo em 30 de junho de 2017 foi previamente discutido com a KPMG Auditores Independentes e, ao final dos trabalhos a equipe encarregada dos trabalhos apresentou seus resultados e conclusões ao Comitê de Auditoria. O Comitê também avalia a aderência dos auditores independentes às políticas e normas que tratam da manutenção e do monitoramento da objetividade e independência com que essas atividades são exercidas.

O Comitê avaliou os processos de elaboração das demonstrações financeiras e debateu com a Administração e com os auditores independentes as práticas contábeis relevantes utilizadas e as informações divulgadas.

O Comitê manteve reuniões regulares com o Diretor Presidente e outros membros da diretoria da Terra Brasis e, nessas reuniões, teve a oportunidade de identificar e apresentar sugestões a Administração para aprimoramento dos controles internos e da gestão de riscos.

*O Comitê não tomou ciência da ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou fraude que, por sua relevância, colocassem em risco a continuidade da Terra Brasis ou a fidedignidade de suas demonstrações financeiras.*

### **Conclusões**

O Comitê de Auditoria, consideradas as suas responsabilidades e limitações inerentes ao escopo e alcance de sua atuação, e levando em consideração os resultados da auditoria independente das demonstrações financeiras consubstanciadas no relatório, sem modificações, emitido nesta data pela KPMG Auditores Independentes, manifesta-se favoravelmente pela aprovação pelo Conselho de Administração das demonstrações financeiras da Terra Brasis Resseguros S.A. correspondentes ao semestre findo em 30 de junho de 2017.

São Paulo, 17 de agosto de 2017

**Comitê de Auditoria**  
**Pedro Horowicz**  
**José Campos**  
**José Rubens Alonso**